

de 2005, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

14 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

**Despacho (extracto) n.º 24 696/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 29 de Setembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Tiago Aleixo de Sousa Soares — contratado, por conveniência urgente de serviço, como monitor além do quadro da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 29 de Setembro de 2005 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

14 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

**Despacho (extracto) n.º 24 697/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 7 de Julho de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Mestre Susana Margarida Dias dos Santos Cavaco, assistente convidada além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade — contratada, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidada além do quadro, com 50 % do vencimento, da Faculdade de Economia da mesma Universidade, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

14 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

**Despacho (extracto) n.º 24 698/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 10 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Marie-Isabelle Serra — denunciado o contrato como leitora além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a partir de 15 de Março de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

**Despacho (extracto) n.º 24 699/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Setembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado José Manuel Lima Pinheiro Torres — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro, com 40 % do vencimento, da disciplina de Cirurgia da Faculdade de Medicina desta Universidade, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

**Despacho (extracto) n.º 24 700/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Setembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Jorge Bernardo Oliveira Casanova — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro, com 40 % do vencimento da disciplina de Cirurgia da Faculdade de Medicina desta Universidade, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

### Faculdade de Engenharia

**Despacho (extracto) n.º 24 701/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 10 de Novembro de 2005 do director da Faculdade de Engenharia

da Universidade do Porto, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Prof. Doutor Henrique do Carmo Miranda — concedida equiparação a bolsheiro no estrangeiro no período de 15 de Setembro de 2005 a 14 de Setembro de 2006.

11 de Novembro de 2005. — Pela Chefe de Divisão de Recursos Humanos, *Olívia Pereira*.

**Despacho (extracto) n.º 24 702/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 10 de Novembro de 2005 do director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Prof.ª Doutora Maria do Pilar Figueroa Gonçalves — concedida equiparação a bolsheiro no estrangeiro no período de 11 a 20 de Novembro de 2005.

11 de Novembro de 2005. — Pela Chefe de Divisão de Recursos Humanos, (*Assinatura ilegível.*)

### Faculdade de Medicina

**Despacho n.º 24 703/2005 (2.ª série).** — Por despachos de 9 de Novembro de 2005 do director da Faculdade, proferidos por delegação:

Doutor João Paulo Meireles de Araújo Teixeira, professor auxiliar — concedida equiparação a bolsheiro no País nos dias 10 e 11 de Novembro de 2005.

Doutor Fernando Carlos de Landér Schmitt, professor associado — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 23 a 30 de Novembro de 2005.

14 de Novembro de 2005. — O Secretário, *Manuel Sobral Torres*.

### Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

**Despacho n.º 24 704/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 10 de Novembro de 2005 do presidente do conselho directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Maria João Gameiro de Mascarenhas Saraiva, professora catedrática — concedida a equiparação a bolsheiro fora do País no período compreendido entre 11 e 19 de Novembro de 2005.

14 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*.

**Despacho n.º 24 705/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 7 de Novembro de 2005 do vice-presidente do conselho directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Doutor António Manuel de Sousa Pereira, professor catedrático — concedida a equiparação a bolsheiro fora do País, nos dias 26 e 27 de Outubro e no período de 29 de Outubro a 3 de Novembro de 2005.

15 de Novembro de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Artur Águas*.

## UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

### Reitoria

**Despacho n.º 24 706/2005 (2.ª série).** — Designo, ao abrigo das competências em mim delegadas pelo reitor, os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de agregação no domínio de Matemática pela Universidade Técnica de Lisboa através do Instituto Superior Técnico, requeridas pelo Doutor Diogo Luís de Castro Vasconcelos de Aguiar Gomes:

Presidente — Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.  
Vogais:

Doutor Constantine Michael Dafermos, professor catedrático da Universidade de Brown, Estados Unidos da América.

Doutor João Paulo de Carvalho Dias, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutor Luís Fernando Sanchez Rodrigues, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutor Miguel de Paula Nogueira Ramos, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria Luísa Martins Macedo de Faria Mascarenhas, professora catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Jorge Venceslau Comprido Dias de Deus, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor António Francisco Ferreira dos Santos, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Luís Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres Magalhães, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Carlos Alberto Varelas da Rocha, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutora Ana Bela Ferreira Cruzeiro Zambrini, professora catedrática do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Luís Manuel Gonçalves Barreira, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

11 de Novembro de 2005. — O Vice-Reitor, *R. Bruno de Sousa*.

### Faculdade de Motricidade Humana

**Despacho n.º 24 707/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho directivo de 12 de Outubro de 2005, proferido por delegação de competências, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005:

Doutor Abel Hermínio Lourenço Correia, professor associado — concedida equiparação em território nacional, bem como as despesas resultantes da presente deslocação, no período de 8 a 10 de Novembro de 2005.

11 de Novembro de 2005. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

### Instituto Superior de Agronomia

**Aviso n.º 10 880/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 26 de Outubro de 2005, proferido por delegação, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso misto para o preenchimento de dois lugares de assistente administrativo principal do quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Agronomia, constante do mapa a que se refere o n.º 2.º da Portaria n.º 143/90, de 21 de Fevereiro, com as alterações introduzidas através do Decreto Regulamentar n.º 35/91, de 20 de Junho, dos despachos reitorais de 19 de Julho de 1990, 9 de Julho de 1991, 20 de Novembro de 1992 e 25 de Março de 1993, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 176, 214, 288 e 98, de 1 de Agosto de 1990, 17 de Setembro de 1991 (suplemento), 15 de Dezembro de 1992 e 27 de Abril de 1993, respectivamente, e das Portarias n.ºs 251/93, de 5 de Março, e 146/95, de 14 de Fevereiro, e dos despachos reitorais n.ºs 24 365/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 287, de 11 de Dezembro de 1999, 22 045/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 24 de Outubro de 2001, e 7127/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 7 de Abril de 2004.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o provimento das vagas postas a concurso esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao lugar a prover o exercício de funções enquadradas em instruções bem definidas, com certo grau de complexidade, relativas às áreas administrativas.

4 — Requisitos gerais e especiais de admissão a concurso — nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, os candidatos devem reunir até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas os requisitos seguintes:

4.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

4.2 — Requisitos especiais — os constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e demais legislação complementar.

5 — Local de trabalho — situa-se nas instalações do Instituto Superior de Agronomia, sediado na Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa.

6 — Vencimento, condições de trabalho e regalias sociais — a remuneração é a correspondente à categoria em concurso, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Formalização das candidaturas — os requerimentos de admissão ao concurso elaborados nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, deverão ser dirigidos ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Agronomia podendo ser entregues na morada referida no n.º 5 ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para entrega das candidaturas.

7.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos devidamente actualizados:

- Identificação completa (nome, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias;
- Habilitações profissionais (cursos de formação e outros);
- Categoria que detém, serviço a que pertence, natureza inequívoca do vínculo e tempo efectivo na categoria, na carreira e na função pública à data da publicação do presente aviso;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais para o provimento em funções públicas, constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Identificação do concurso a que se candidata, mediante referência ao *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso;
- Quaisquer outros elementos que o interessado considere relevantes para a apreciação do seu mérito.

7.2 — O requerimento de admissão ao concurso deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- Curriculum vitae* pormenorizado e actualizado devidamente datado e assinado pelo candidato;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada e autenticada, que comprove a categoria de que o candidato é titular, o vínculo à função pública, a natureza inequívoca do mesmo e o tempo de serviço, contado até ao termo do prazo de admissão, na categoria, na carreira e na função pública;
- Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, especificando detalhadamente as efectivas funções, tarefas e responsabilidades do candidato e o tempo correspondente ao seu exercício, a classificação de serviço referente aos últimos três anos, bem como o índice e o escalão por que é remunerado;
- Certificados comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação do período e da carga horária;
- Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar passíveis de influir na apreciação do seu mérito, os quais, todavia, só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal do Instituto Superior de Agronomia ficam dispensados da apresentação dos documentos que constem do respectivo processo individual, devendo tal facto ser expressamente declarado.

7.3 — Nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março, é suficiente a simples fotocópia dos documentos, autênticos ou autenticados, referidos nos números anteriores, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

8 — Salvo o disposto na última parte do número anterior, a não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigidos nos termos do presente aviso determina a exclusão do concurso, conforme o estabelecido no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação de documentos comprovativos de factos por ele referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito, de harmonia com o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

11 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são os seguintes:

- Avaliação curricular, com carácter eliminatório;
- Entrevista profissional de selecção, com carácter complementar.